

# **Demonstrações Financeiras**

## **Instituto Cacau Show**

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

# Instituto Cacau Show

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações no patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Conselheiros  
**Instituto Cacau Show**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Cacau Show (a “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Cacau Show em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 16 de julho de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Alexandre Fermينو Alvares  
Contador CRC-1SP211793/O-5

## Instituto Cacau Show

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais)

	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	<b>2.037.403</b>	1.764.051
Contas a receber	6	<b>1.539.701</b>	42.536
Impostos a recuperar		<b>16.579</b>	-
Outros ativos		<b>9.187</b>	-
		<b>3.602.870</b>	1.806.587
Ativo não circulante disponível para venda	6	-	614.154
		<b>3.602.870</b>	2.420.741
Não circulante			
Contas a receber	6	<b>3.164.636</b>	-
Propriedade para investimento		<b>155.000</b>	-
Imobilizado	7	<b>453.591</b>	352.484
		<b>3.773.227</b>	352.484
Total do ativo		<b>7.376.097</b>	2.773.225
	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		<b>283.825</b>	-
Obrigações tributárias		<b>55.279</b>	49.436
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	8	<b>369.372</b>	284.428
		<b>708.476</b>	333.864
Patrimônio líquido	9	<b>6.667.621</b>	2.439.362
Total do passivo e do patrimônio líquido		<b>7.376.097</b>	2.773.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Instituto Cacau Show

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais)

	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receitas das atividades sociais			
Recursos provenientes de doações	10	<b>5.944.749</b>	5.844.312
Receita de serviços prestados	10	<b>122.451</b>	209.502
Gratuidades	10	<b>1.551.720</b>	1.027.393
Total das receitas líquidas		<b>7.618.920</b>	7.081.207
Outras receitas (despesas) das atividades sociais			
Gastos aplicados em projetos	11	<b>(414.059)</b>	(596.834)
Depreciação		<b>(84.546)</b>	(71.241)
Serviços prestados por terceiros	12	<b>(2.297.316)</b>	(1.845.778)
Pessoal	12	<b>(4.177.066)</b>	(4.971.064)
Outras despesas assistências, líquidas	12	<b>(626.157)</b>	(1.191.226)
Ganho líquido na venda de ativo destinado à venda	6	<b>4.340.846</b>	-
		<b>(3.258.298)</b>	(8.676.143)
Superávit (déficit) operacional		<b>4.360.622</b>	(1.594.936)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	13	<b>(132.362)</b>	103.566
Superávit (déficit) do exercício		<b>4.228.259</b>	(1.491.370)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Instituto Cacau Show

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit (déficit) do exercício	4.228.259	(1.491.370)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>4.228.259</u>	<u>(1.491.370)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Instituto Cacau Show

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais)

	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.930.732
Déficit do exercício	(1.491.370)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>2.439.362</u>
Superávit do exercício	<b>4.228.259</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u><b>6.667.621</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Instituto Cacau Show

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais)

	<b>Notas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Fluxos de caixa de atividades sociais			
Superávit (déficit) do exercício		<b>4.228.259</b>	(1.491.370)
Depreciação	7	<b>84.546</b>	71.241
Valor residual de ativo imobilizado baixado	7	<b>170</b>	26.030
Ganho na venda de ativo não circulante disponível para venda	6	<b>(4.340.846)</b>	-
Ajuste a valor presente	6	<b>138.199</b>	-
Variações nas contas patrimoniais			
Contas a receber	6		(1.722)
Outros ativos		<b>(25.766)</b>	-
Fornecedores		<b>283.825</b>	(1.864)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		<b>84.944</b>	113.922
Obrigações tributárias		<b>5.843</b>	20.721
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades sociais		<b>459.174</b>	(1.263.042)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativo imobilizado	7	<b>(185.822)</b>	(68.998)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<b>(185.822)</b>	(68.998)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		<b>273.352</b>	(1.332.040)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	<b>1.764.051</b>	3.096.091
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	<b>2.037.403</b>	1.764.051
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		<b>273.352</b>	(1.332.040)
Informação suplementar:			
Receita por venda a prazo e permuta de ativo não circulante disponível para venda	6	<b>4.955.000</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Instituto Cacau Show**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais**

O Instituto Cacau Show (“Entidade”), fundado em 2009, é uma entidade civil de interesse público (OSCIP), certificada Número: Processo MJ nº 08071.019503/2014-31) Página DOU: 38 (DOU Ano CLI Nº 195), com data da publicação em 09 de outubro de 2014, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo.

A partir de 2015, e com a entrada em vigor da Lei nº 13.019/14, conhecida como o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MRSOC, diversas mudanças na legislação passaram a estender as vantagens inerentes às OSCIP para praticamente todas as Organizações Sociedade Civil - OSC, independentemente de titulações. Ainda, o Ministério da Justiça extinguiu o Cadastro Nacional de Entidades Sociais - CNES e a obrigatoriedade de prestação de contas anual para as OSCIP. Para fins de manutenção do credenciamento, basta que as entidades mantenham atualizados junto ao Ministério da Justiça os dados relativos à finalidade ou regime de funcionamento que possam implicar em mudanças das condições da qualificação. Portanto, qualquer alteração no estatuto ou mudança de endereço devem ser comunicadas sob pena de perda da qualificação. A última comunicação da Entidade junto ao Ministério da Justiça ocorreu em 03 de outubro de 2020.

O principal objetivo da Entidade é atender de forma continuada, permanente e planejada serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica ou especial e de defesa de direitos socioassistenciais, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades e risco social e pessoal, atendendo a criança, adolescentes, jovens, adultos e idosos por meio de atividades educacionais, culturais, esportivas, artística, lúdicas, profissionalizantes e de geração de renda com vistas a proteção à família e seus membros, em todas as faixas etárias.

#### Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Entidade

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde “OMS”, decretou que o surto do Coronavírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global.

Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, a partir da segunda quinzena de março de 2020, alguns estados e municípios, adotaram algumas medidas, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, suspensão da prestação de serviços considerados não essenciais e isolamento social, criando assim condições desafiadoras de trabalho.

Neste contexto, a Administração da Entidade, vem adotando medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e as comunidades em que atuam. Neste sentido, a Entidade implementou as seguintes medidas:

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais--Continuação

#### Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Entidade--Continuação

- Suspensão das atividades a partir de 17 de março de 2020 e implantação do modelo de *home office*;
- Implantação da MP 936 (suspensão e redução de contratos de trabalho) - entre 02 de maio de 2020 e 30 de junho de 2020, parte importante dos colaboradores que tiveram o contrato de trabalho suspenso, em seguida parte deles tiveram o seu contrato de trabalho reduzido de 02 de julho de 2020 a 31 de agosto de 2020; aqueles que tiveram o contrato reduzido a partir da referida data, tiveram a prorrogação até 31 de julho de 2020;
- Foram feitas diversas adaptações físicas em nossas instalações do Polo Infância e do Polo Inspire e implantadas todas as medidas recomendadas em relação ao distanciamento social e disponibilização de *dispensers* de álcool em gel em todo o polo;
- No Polo Betania fizemos manutenção das janelas das salas de aula, *dispensers* de álcool em gel em toda a extensão do Polo e implementação de todas as medidas de controle de distanciamento;
- Em 08 de setembro de 2020, retomamos as atividades presenciais para um grupo reduzido de educandos, cerca de 25% em relação ao período pré-pandemia, período que se estendeu até 16 de dezembro de 2020.

A administração da Entidade vem elaborando um cronograma de retomada de atendimento de seus educandos, neste cronograma está sendo considerado a retomada parcial e gradual de suas atividades. Até o momento as atividades sociais ministradas pela Entidade ainda não foram retomadas, ficando no aguardo da decisão do Governo do Estado de São Paulo para retomar as atividades educacionais.

A administração da Entidade está confiante de que irá superar o impacto do COVID-19, garantindo a qualidade das atividades prestadas, mesmo durante todo o período da pandemia da COVID-19, não fomos impactados com reduções de doações. Cabe ressaltar que apesar dos impactos da pandemia para o ano de 2020, os principais doadores da Entidade mantiveram seu volume de doações durante o exercício, bem como seu compromisso para os próximos exercícios sociais, portanto, a administração da Entidade entende que a preparação dessas demonstrações financeiras considerando o pressuposto de continuidade é adequado.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela administração do Instituto em 16 de julho de 2021.

## **Instituto Cacau Show**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, neste caso a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, quando aplicável estão incluídas na Nota 3.

#### **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Entidade.

#### **2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável.

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### Ativos financeiros

##### a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. A Entidade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Entidade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo.

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Ativos financeiros--Continuação

#### b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade possuía apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado.

#### c) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)*

A Entidade mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Entidade ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos.

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Ativos financeiros--Continuação

##### d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Entidade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Entidade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Entidade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Entidade.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

##### e) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Entidade reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Entidade espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.



## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Ativos financeiros--Continuação

#### f) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação*

A Entidade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Entidade não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Entidade estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

#### Passivos financeiros

#### a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores, os quais estão mensurados pelo custo amortizado.

#### b) *Mensuração subsequente*

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir:

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Passivos financeiros--Continuação

##### c) *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Entidade que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

##### d) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

## **Instituto Cacau Show**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.5. Imobilizado**

É registrado ao custo de aquisição, formação, construção ou aos valores atribuídos às doações patrimoniais e deduzidos da depreciação acumulada. Registrado ao custo de aquisição ou valor estimado de doação. A contrapartida de doações é contabilizada diretamente ao resultado do exercício. A doação inicial disponibilizada pelo fundador é reconhecida em conta do patrimônio líquido social.

A depreciação é registrada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens.

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O imóvel onde o Instituto Cacau Show está instalado é de propriedade da IBAC - Indústria Brasileira de Alimentos e Chocolate Ltda. e cedido gratuitamente (Nota 10.iii).

#### **2.6. Reconhecimento da receita**

As doações e contribuições recebidas pela Entidade, bem como a receita financeira resultante da aplicação desses recursos são reconhecidas no resultado do exercício.

#### **2.7. Gratuidades**

O Instituto Cacau Show reconhece em suas demonstrações financeiras as gratuidades que estão a sua disposição em forma de prestação de serviços ou atividade profissional feita de forma gratuita e com a mesma qualidade e responsabilidade como se fosse pago. A gratuidade é reconhecida pelo seu valor justo (Nota 10).

#### **2.8. Obrigações trabalhistas e encargos**

O Instituto Cacau Show reconhece em suas demonstrações financeiras os saldos a pagar referentes a folha de pagamento e seus respectivos encargos sociais, conforme previsto na Consolidação da Lei do Trabalho - CLT.

#### **2.9. Patrimônio líquido e/ou social**

Representa o patrimônio líquido e/ou social inicial da Entidades, das "Doações e Subvenções" de sua constituição e resultado do superávit (déficit) do exercício. Os superávits gerados são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, bem como os déficits absolvidos pelo patrimônio líquido e/ou social.

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.10. Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento, são apresentadas nos reportes ao valor de custo e ganhos ou perdas resultantes de variações para o valor justo de mercado, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Na determinação do montante oriundo do desreconhecimento da propriedade para investimento, a Entidade avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Entidade contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso.

### 2.11. Pronunciamentos

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020. A Entidade concluiu que as seguintes normas novas e alteradas não apresentaram impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

#### Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios – não aplicável

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos.

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.11. Pronunciamentos--Continuação

#### Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

#### Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações financeiras de propósito geral tomam como base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

#### Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado traz alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

#### Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.12. Novas normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### CPC 50 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Entidade.

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.12. Novas normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

##### Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e *IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis--Continuação

#### Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a administração da Entidade entende que as estimativas relevantes exercidas na preparação dessas demonstrações financeiras estão relacionados com a definição da vida útil do bens do ativo imobilizado (Nota 7) e com a determinação do valor justo das gratuidades recebidas na forma de prestação de serviços e/ou doações (Nota 10).

### 4. Gestão de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pelo departamento financeiro da Entidade, que identifica, avalia e protege a entidade de eventuais riscos financeiros.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	<b>2.037.403</b>	1.764.051
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		
Fornecedores	<b>283.825</b>	-

#### a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com instrumentos financeiros, substancialmente compostos por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e contas a pagar e/ou fornecedores mensurados ao custo amortizado. Considerando a natureza dos instrumentos os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa, títulos valores mobiliários, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.



## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### c) Gestão de riscos financeiros

A Administração da Entidade gerencia os riscos por intermédio de seu departamento financeiro que orienta a Administração em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

#### d) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo as mesmas monitoradas pela administração.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósitos bancários em conta corrente	140.471	1
Caixa interno	796	796
Aplicações financeiras	1.896.136	1.763.254
	<u>2.037.403</u>	<u>1.764.051</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diárias, baixo risco de crédito e remuneração é de 93% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

### 6. Contas a receber

As contas a receber estão sumariadas conforme a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a receber pela prestação de serviços (i)	42.536	42.536
Contas a receber pela venda de imóvel destinado a venda (ii)	4.800.000	-
Ajuste a valor presente	(138.199)	-
Total Contas a Receber	<u>4.704.337</u>	<u>42.536</u>
Circulante	1.539.701	42.536
Não circulante	3.164.636	-

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Contas a receber--Continuação

- (i) Refere-se a contas a receber pela prestação de serviços para determinadas empresas referente a taxa administrativa cobrada para capacitação de jovens aprendizes.
- (ii) A Entidade vendeu, em 2020, o imóvel (terreno) localizado na Estrada de Ribeirão Laje, s/nº - Vargem Grande – SP, representado 62.600m², anteriormente classificado como ativo disponível para venda pelo valor de R\$ 614.154. O referido imóvel não era ocupado pelo Instituto Cacau Show.

O valor final da venda do terreno ficou estipulado em contrato no montante de R\$ 4.955.000,00 (Quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil reais), prevista sua atualização pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), com a seguinte condição de pagamento:

R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) mensais de janeiro a março de 2021;  
R\$ 150.000 (cento e cinquenta mil reais) mensais de abril de 2021 a fevereiro de 2022;  
R\$ 100.000 (cem mil reais) mensais de março de 2022 a fevereiro de 2023;  
R\$ 150.000 (cento e cinquenta mil reais) mensais de março de 2023 a fevereiro de 2024, e;  
R\$ 155.000 (cento e cinquenta e cinco mil reais) a ser recebido através de permuta (conforme previsto em contrato) de uma unidade autônoma (apartamento) do imóvel que será construído no local.

O resultado líquido da venda do ativo destinado a venda reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 4.340.846.

A parcela correspondente ao valor de R\$ 155.000 prevista como permuta por uma unidade autônoma de empreendimento residencial, está demonstrada como propriedade para investimento, pois o objetivo da administração da Entidade é auferir renda com esse ativo por meio de valorização do imóvel no mercado. O valor do custo de aquisição dessa propriedade para investimento em 31 de dezembro de 2020 se aproxima do seu valor de mercado, uma vez que se trata de um novo empreendimento lançado em 2020.

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Imobilizado

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática e Hardware	Equipamentos Esportivos	Equipamentos Musicais	Imobilizado em Andamento (i)	Instalações	Total
31/12/2018	19.738	80.492	165.411	-	70.018	-	45.099	380.758
Adições	32.901	9.352	-	-	26.745	-	-	68.998
Baixas	(2.248)	(18.500)	-	-	(5.282)	-	-	(26.030)
Depreciação	(8.578)	(6.315)	(43.988)	-	(7.091)	-	(5.269)	(71.241)
31/12/2019	41.813	65.029	121.423	-	84.390	-	39.830	352.484
Adições	-	48.524	11.423	1.368	100	124.407	-	185.822
Baixas	-	-	(170)	-	-	-	-	(170)
Depreciação	3.104	(16.317)	(53.614)	1.026	(12.340)	-	(6.405)	(84.546)
Transferências	(23.793)	2.620	19.393	(3)	3	-	1.780	-
31/12/2020	21.124	99.856	98.455	2.391	72.153	124.407	35.204	453.591
Taxa de depreciação %	10%	10%	20%	10%	10%		10%	

(i) São processos de atualizações e desenvolvimento de novos espaços de ensino na base do Instituto para os polos Inspire e Infância, que serão alocados como benfeitorias em imóveis de terceiros após o término dos processos e serão amortizados posteriormente pelo prazo equivalente ao contrato de utilização do espaço.

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Obrigações trabalhistas e encargos

São obrigações com funcionários ou encargos sobre folha e férias, calculados conforme legislação vigente. Os encargos sobre folha são pagos no mês subsequente ao cálculo da folha.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	271.264	156.686
Encargos sociais	98.108	127.742
	<u>369.372</u>	<u>284.428</u>

### 9. Patrimônio líquido e/ou social e suas disposições

#### a) Doações e constituição do patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é constituído de todos os bens, direitos e obrigações os quais são ou venham a ser de titularidade da Entidade na data de sua instituição e especialmente: (a) doações já feitas pelos instituidores e depositadas em instituição bancária; (b) outros bens e direitos obtidos por doações, legados, aquisições diretas e doações oficiais para investimentos ou inversões financeiras; (c) parcelas de receitas que lhe sejam incorporadas; (d) resultado líquido eventualmente apurado de atividades desenvolvidas por terceiros com a participação financeira da Entidade, dentre outras.

Os bens e direitos somente podem ser utilizados para realizar os objetivos fundacionais, permitida a oneração ou alienação do patrimônio desde que mediante expressa autorização da Diretoria Executiva da Entidade, conforme previsto na Nota 1.

#### b) Dissolução

Na hipótese da associação perder a qualificação instituída pela Lei nº 9.790/99 (OSCIP) e legislações posteriores, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que manteve essa qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente, que possua o mesmo objeto social.

#### c) Outras disposições

De acordo com as disposições do Estatuto Social, a Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, até o mês de abril de cada ano, para deliberar sobre as demonstrações financeiras, examinar o relatório da diretoria referente às atividades desenvolvidas pelo Instituto no exercício anterior, e, quando for o caso, eleger Presidente de Honra e os membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e extraordinariamente, sempre que o interesse social assim o exigir.

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Receita das atividades assistências e serviços prestados

A composição da receita das atividades e serviços prestados pela Entidade está relacionada com a arrecadação de fundos para gerir as ações para promover a educação e assistência social e de promoção da cultura organizada. Essas contribuições são oriundas de Entidades do setor privado e de pessoas físicas. As composições das doações recebidas em espécie e/ou em forma de gratuidade para custeio dos projetos e das demais despesas operacionais no exercício, conforme demonstrado abaixo:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Presidente, diretores e executivos da IBAC	<b>4.116.792</b>	3.743.623
Pessoas jurídicas diversas	<b>1.292.803</b>	698.664
Pessoas físicas diversas	<b>8.151</b>	19.907
Gratuidades (iii)	<b>1.551.720</b>	1.027.393
Leis de Incentivo (ii)	<b>527.003</b>	1.382.118
Serviços prestados (i)	<b>122.451</b>	209.502
	<b>7.618.920</b>	7.081.207

- (i) A Entidade é certificadora para capacitação de Jovem Aprendiz, portanto, apresentando faturamento mensal aos clientes, referente a taxa administrativa cobrada para capacitação dos jovens aprendizes.
- (ii) Valor recebido em doação por meio da Lei das OCIPS das Entidades do Grupo Cacau Show (IBAC. e Allshow); e
- (iii) A Entidade reconhece como gratuidade o aluguel do imóvel de uso da sede do Instituto, cedido pela IBAC, sendo o valor do aluguel mensal de R\$ 53.616 (mesmo valor de 2019, não houve aumento no valor do aluguel na região), bem como trabalho voluntário cedido por profissionais e/ou executivos da IBAC, estimados no valor mensal de R\$ 61.681 (2019 – R\$ 32.000) e o trabalho voluntário dos advogados da Gonçalves, Basse Benetti Advogados Associados no valor de R\$ 14.000 mensais. O acréscimo da remuneração dos funcionários e/ou executivos da IBAC em 2020, está substancialmente relacionado com o aumento das atividades sociais desempenhadas por esses, tal como prestação de serviços de contabilidade, fiscal etc., que até 2019 era executado por prestador de serviço independente.

### 11. Gastos aplicados em projetos

As doações abaixo são efetuadas a entidades parceiras para apoio a projetos desenvolvidas por elas.

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Núcleo Comunitário Betânia	<b>5.097</b>	11.042
Associação <i>Shekinah Company</i>	-	3.500
Euproco	<b>1.050</b>	-
EPROCAD	<b>12.819</b>	21.413
Recanto	<b>414</b>	7.470
Instituto Co-Resp Educação - ICE	<b>394.679</b>	553.409
	<b>414.059</b>	596.834

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Gastos aplicados em projetos--Continuação

A natureza dos principais projetos compreende o seguinte:

- Núcleo Comunitário Betânia – O Núcleo Betânia é uma organização social, com sede própria no bairro de Chácara Santa Cecília, município de Itapevi, SP. Em parceria desde 2013, o Instituto atendia regularmente cerca de 320 crianças, quantidade substancialmente afetada (redução estimada em 60%) em 2020 por conta das limitações decorrentes da pandemia por meio de ofertas socio educacionais desenvolvidas na sede do Instituto. O formato de financiamento é o custeio de despesas fixas do Núcleo Betânia por meio de doações.
- EPROCAD – Fundada em 1985 em Santana de Parnaíba, SP, a Fundação EPROCAD é referência no trabalho em educação e esportes com a juventude. Entre 2019 e início de 2020, o Instituto realiza em conjunto com a Fundação o atendimento de jovens no programa Inspire Jovem, trazendo o conhecimento em educação e a especialização em esporte da Fundação EPROCAD. O formato de financiamento é custeio de educadores especialistas por meio de doação à Fundação EPROCAD e a contrapartida é o uso do espaço, fornecimento de transporte gratuito para educandos e equipe de gestão (coordenação e serviço social).
- Recanto – O Recanto da Cruz Grande é uma organização social sem fins lucrativos, parte da Rede Salesiana Brasil. Com sede em um dos bairros mais afastados no município de Itapevi, SP, promove o acesso à educação pública e serviços socioassistenciais com recursos próprios e também em parceria com o poder público. A parceria do Instituto com a organização existe desde 2012 por meio do atendimento de cerca de 500 crianças no contraturno escolar no contexto do programa “Leitura Viva” e, a partir de 2019, com o atendimento de adolescentes no programa “Inspire Jovem”. O formato de financiamento por um breve período foi a doação ao Recanto da Cruz Grande para fornecimento de alimentação aos educandos e como contrapartida, a cessão do uso do espaço. Posteriormente, o Instituto passou a custear a alimentação diretamente por fornecedor terceirizado.
- EUPROCO – ONG EUPSICO é um grupo multidisciplinar, composto por Psicólogos, Psiquiatras, Psicopedagogos, Assistentes social e Nutricionistas, realizamos atendimento psicológico individual para crianças, adolescentes, adultos e idosos, em 2020 foi feita a parceria para disponibilização de um psicólogo que será o facilitador dentro do Instituto Cacau Show, trabalhando em parceria com a equipe multidisciplinar desenvolverá oficinas de criatividade e/ou rodas de conversa, como um espaço de fortalecimento, acolhimento e do olhar para o desamparo.

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Gastos aplicados em projetos--Continuação

- Instituto de Corresponsabilidade pela Educação - ICE – Fundado em 2003 no município do Recife, PB, criou o modelo de educação integral “Escola da Escolha” que já foi implementado em mais de 1.100 escolas em 16 estados brasileiros. Como parte de uma nova frente de investimento social do Instituto Cacau Show, a parceria com o ICE permitirá a implementação da metodologia do ICE em 6 escolas públicas de educação integral da rede municipal de Itapevi, SP, expandindo assim o impacto de nosso trabalho para mais de 4.500 crianças no período. Inicialmente esse processo estava previsto para ocorrer entre os anos de 2019 e 2021, no entanto em virtude da paralização de aulas a partir de março de 2020, haverá um atraso para o atingimento das metas esperadas. Em 2019 foram iniciados os trabalhos de formação e preparação, e em setembro foi inaugurada a primeira escola de educação integral do município de Itapevi, SP, que beneficia 1.000 crianças entre 06 e 10 anos. Faz parte do projeto a transferência de conhecimento para o Instituto Cacau Show de forma a perpetuar o impacto por meio da continuidade do projeto após o término da assessoria do ICE, o formato de financiamento é a doação direta ao ICE.

### 12. Despesas por natureza

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aluguel da sede	<b>643.392</b>	643.393
Trabalho voluntário	<b>908.172</b>	384.000
Pedagógico e evento	<b>72.935</b>	395.677
Informática	-	74.879
Manutenção e limpeza	<b>341.854</b>	222.292
Outros serviços	<b>330.963</b>	125.537
Salários e ordenados	<b>2.123.786</b>	2.770.941
Férias e 13º	<b>708.805</b>	546.916
Benefícios	<b>426.405</b>	470.481
Encargos	<b>887.023</b>	1.139.316
Outras despesas	<b>31.047</b>	43.410
Despesas tributárias	<b>102.066</b>	56.774
Despesas com atividades e eventos	<b>185.737</b>	693.405
Despesas gerais e administrativas	<b>338.354</b>	441.047
	<b><u>7.100.539</u></b>	<b><u>8.008.068</u></b>
Serviços prestados por terceiros (i)	<b>2.297.316</b>	1.845.778
Despesas com pessoal (ii)	<b>4.177.066</b>	4.971.064
Outras despesas assistências, líquidas (iii)	<b>626.157</b>	1.191.226
	<b><u>7.100.539</u></b>	<b><u>8.008.068</u></b>

- (i) As despesas estão relacionadas com despesas de manutenção para um melhor conforto e expansão das áreas, despesas com produtos de limpeza e a prestadora de serviço de limpeza, serviço contratado de professores autônomos para o projeto Jovem Aprendiz, relógio de ponto, consultoria de Leis de Incentivo e GPTW. Também, inclui o montante das despesas via gratuidade referente ao aluguel da sede do Instituto e o trabalhos voluntários prestados por executivos e funcionários da IBAC e serviços de advogados, conforme Nota 10.

## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Despesas por natureza--Continuação

- (ii) As despesas com pessoal estão relacionadas com profissionais diversos contratados através da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), com o objetivo de prestar as atividades afins do Instituto, tais como:
- Faixa etária dos 6 aos 13 anos:  
Alfabetização: apoio escolar e leitura viva;  
Esportes: dança e capoeira; e  
Musicalização: Violão, canto e percussão.
  - Faixa etária dos 14 aos 17 anos:  
Jogos: Capoeira, prática de lutas, culinária, fotografia e dança;  
Musicalização: Teatro, violão, canto e percussão; e  
Profissionalizante: Inglês, português, redação, matemática, informática, educação social e design gráfico.
  - Faixa etária dos 14 aos 24 anos:  
Jovem Aprendiz: seleção e treinamento do Programa Jovem Aprendiz, atendendo às necessidades de Entidades da região de Itapeví, combinando formação teórica e prática, aprimorando e desenvolvendo habilidade e competências para vida profissional.
- (iii) Outras despesas estão relacionadas com pagamento da taxa do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), pagamento de academia e compra de uniformes e despesas com material pedagógico, sendo que as despesas com eventos estão relacionadas à compra de matérias e livros para a realização das atividades do Instituto com os educandos.

### 13. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	<b>(4.444)</b>	(10)
Ajuste a valor presente de contas a receber	<b>(138.199)</b>	-
Outras despesas financeiras	<b>(5.322)</b>	(5.649)
	<b>(147.965)</b>	(5.659)
Receitas financeiras		
Rendimento aplicação financeira	<b>15.177</b>	105.726
Outras receitas financeiras	<b>426</b>	3.499
	<b>15.603</b>	109.225
	<b>(132.362)</b>	103.566



## Instituto Cacau Show

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade não possui ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

a) Processos possíveis (não reconhecidos nas demonstrações financeiras)

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possíveis e remotos, sem mensuração com suficiente segurança, no montante em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 79.109,94 (R\$ 0,00 em 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

### 15. Partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) Doações

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Recursos provenientes de doações:		
Presidente, Diretores e executivos da IBAC	<b>4.116.792</b>	3.743.623
IBAC	<b>527.003</b>	882.118
Allshow - franquias	-	500.000
	<b>4.643.795</b>	5.125.741
Recursos provenientes de gratuidades:		
Aluguel da sede cedido pela IBAC	<b>643.392</b>	643.393
Trabalho voluntário de funcionários/diretores do Grupo Cacau Show	<b>740.172</b>	384.000
	<b>1.383.564</b>	1.027.393
	<b>6.027.359</b>	6.153.134

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O Instituto não remunerará, por qualquer forma, os membros da Diretoria, Conselho administrativo e Conselho Fiscal, nem qualquer membro associado, por serviços por eles prestados e não distribuirá entre os associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades.

Os serviços dos executivos do Grupo Cacau Show são considerados como trabalho voluntário, conforme descrito na Nota 2.7.

## **Instituto Cacau Show**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **16. Aspectos fiscais**

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do §1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

Adicionalmente, nos termos do inciso III e do § 1º do artigo 14 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, estão isentas de PIS e COFINS as receitas dos serviços prestados à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas.

O Instituto Cacau Show, entidade sem fins lucrativos, está isento do imposto de renda e das contribuições sociais, nos termos do artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal.

### **17. Gestão de risco financeiro**

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial consistem basicamente em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras (conforme nota explicativa 4). A Instituição não possui empréstimos com terceiros.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela Instituição. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes e depósitos em instituições financeiras. Para as instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha no mercado.

#### Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Instituição e monitorada pela diretoria do Centro, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Instituição para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Entidade investe seus recursos em aplicações financeiras e debêntures, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem segura conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

## **Instituto Cacau Show**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **18. Cobertura de seguros (não auditado)**

A Entidade contratou cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.